

# PESQUISADOR-MILITANTE OU MILITANTE-PESQUISADOR: DILEMAS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA FRENTE À PRÁTICA POLÍTICA

LUÍS ANTONIO BARONE

A investigação social, segundo todos os manuais, oferece um aspecto diferenciado em comparação com a pesquisa nas ciências naturais. O problema da subjetividade do pesquisador, seu relacionamento com o "objeto" - tão próximo e de difícil isolamento - sempre merece um capítulo nos livros introdutórios de sociologia. Lembro-me perfeitamente dessa questão sendo discutida ainda no meu primeiro ano de faculdade.

Em qualquer dos paradigmas clássicos das ciências sociais, essa problemática é enfrentada e, como resultado, obtém-se desde a separação mais arbitrária e asséptica entre pesquisador e pesquisado (como na tradição positivista), até um assumir "heróico" de uma postura engajada e comprometida com o pesquisado, em sua luta por reconhecimento e direitos. Se a primeira opção "esfria" de forma irreal essa relação tensa e rica que o pesquisador tem com o seu tema, a segunda - quase sempre preconizada pelos meus mestres - muitas vezes se perde nas suas intenções, tornando-se um mero bordão, ou quase que uma regra de etiqueta acadêmica.

Este trabalho procura relatar uma experiência de pesquisa que teve de enfrentar, de forma particularmente aguda, esse dilema que envolve a investigação social. Trata-se da trajetória de um pesquisador que, tentando fugir do frio positivismo, se chocou com as dificuldades de realizar um trabalho com critérios científicos e, ao mesmo tempo, manter uma relação de intervenção política junto aos grupos sociais pesquisados. Ser um pesquisador-militante, ou um militante-pesquisador, foi algo que me atormentou durante os anos em que cursei a pós-graduação. Posso dizer hoje que uma opção dessas oferece desafios que superam em muito as "cartas de intenções" constantes da apresentação de muitas teses e dissertações.

A solução apresentada por mim diante disso, porém, não é exatamente nova, posto que se inscreve perfeitamente nas prescrições de um clássico das ciências sociais. A escolha pela "neutralidade axiológica" proposta por Max Weber está longe de significar uma falta de compromisso com a realidade no que esta tem de mais pungente. Longe disso, parece oferecer um espaço seguro para se produzir um conhecimento, que pode e deve ser apropriado na construção de qualquer ação política visando a superação de problemas vividos pelos trabalhadores rurais em sua busca de reconhecimento e melhoria de vida. Se a contribuição foi pequena, este fato não invalida o sentido de sua intenção.

Já na recuperação de minha trajetória como estudante de graduação, pode-se perceber o desenho desse dilema, nos termos através dos quais ele se me apresentou. A alternativa por cursar Ciências Sociais, em um bom número de casos, é feita sempre levando-se em consideração o interesse por questões políticas. Ingressei na faculdade em 1985, no início do primeiro governo civil no Brasil depois de mais de vinte anos de regime militar e, como muitos dos meus colegas, o impacto da luta contra a ditadura me levou a querer saber mais de política, filosofia, ciências humanas enfim. Era de esquerda, talvez mais por uma situação momentânea do que por uma decisão madura - e creio que esse tipo de opção carrega sempre um *quantum* de fatores conjunturais, aliado a uma natural propensão à transgressão, própria da juventude. O fato é que todos os temas que vieram à tona nesse momento da transição política do país se tornaram muito caros à apreciação de um jovem cientista social em formação.

Nesse contexto, o assentamento de cerca de cinquenta famílias de trabalhadores rurais na região de Araraquara logo no meu primeiro ano de curso (os dois primeiros núcleos da fazenda Monte Alegre datam de 1985), tudo ainda no rescaldo das recentíssimas greves de Guariba (maio/84 e janeiro/85), me atraiu de maneira fulminante para o estudo dessa temática. Já em 1987, então no terceiro ano, comecei a trabalhar numa pesquisa sobre as condições de vida e trabalho dos bóias-frias, projeto coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante (desde então, minha orientadora) e Maria Aparecida Moraes e Silva.

Foi uma experiência marcante onde, além do primeiro contato com algumas técnicas de investigação (aplicação de questionários e, posteriormente, coleta de depoimentos em entrevistas semi-diretivas), o impacto daquela realidade particular não podia deixar de me sensibilizar. Lembro-me, sem deixar de me emocionar, de um protesto muito sofrido e solitário que um trabalhador da cidade de Barrinha me fez, ao me conduzir - quase que à força, confesso - para sua moradia. Era um quarto dividido por cortinas, na verdade um cortiço, onde num dos "cômodos" sua mulher estava enferma, deitada numa cama. Ele me ofereceu água, já que não havia café na casa e mesmo essa gentileza tinha que ser providenciada pelo vizinho - único possuidor de geladeira. Essa sucessão de choques só terminou com minha peripécia para tomar um copo de água visivelmente turva, o que só me deixou mais constrangido com a situação. Desde então, o caminho para eu me tornar um "ativista" dos direitos dos bóias-frias ( as aspas ficam por conta de um ativismo muito mais idealizado do que concretizado) foi muito curto.

Investigação científica e militância política, portanto, nasceram praticamente juntas na minha formação pessoal. Os dilemas dessa ambigüidade - se entendermos os dois termos (política e ciência) como vocações distintas, conforme nos propõe Weber - sempre me perseguiram. Porém, até o mestrado, pouca importância acabei dando para isso, alheio que estava de problemas dessa magnitude (assim como muitos estudantes de graduação, completamente "verdes", tanto na prática política quanto na atividade de pesquisa).

Fiz minha iniciação científica num projeto coletivo, de análise dos projetos de assentamentos do Estado<sup>1</sup>. Nele, minha pretensa postura de militante se diluiu frente a uma série de opiniões de professores e outros bolsistas. Em meus relatórios, no entanto, centrei fogo na avaliação das lideranças dos assentados da região de Araraquara e do corpo técnico que assessorava o projeto de assentamento da fazenda Monte Alegre - universo empírico privilegiado na pesquisa em questão. Pouco consciente da gravidade que minha condição de "pesquisador-militante" poderia

---

<sup>1</sup> Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo, projeto multidisciplinar e multicampi da UNESP, financiado pelo CNPq e realizado no período 1988-1994.

significar, não hesitei - ironicamente - em imputar a esses agentes técnico-políticos o adjetivo de "ambíguos". A vida, através dos percalços de minha almejada carreira, me pregaria, poucos anos depois, uma grande peça no tocante a esse termo.

Ingressei na pós-graduação em 1990, com um projeto de pesquisa carregado de ousadia política: tratava-se de acompanhar a construção da luta pela terra, empreendida pelos bóias-frias. Lembro-me que, mesmo correndo riscos, não me furtei a admitir minha condição de agente político durante a entrevista de seleção. Queria deixar bem entendido, talvez até para mim mesmo, que eu não era apenas um pesquisador, mas também um militante.

Tudo isso, porém, ficou registrado em minha memória carregado com um toque de ingenuidade. Se eu desejava ser um militante, um agente político nesse complexo e, porque não dizer, até perigoso terreno dos conflitos agrários e da organização dos trabalhadores rurais, muito ainda teria que experimentar. Coincidentemente, no mesmo ano em que comecei os estudos para o mestrado, aceitei um convite para participar da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade de assessoria aos movimentos de trabalhadores rurais ligada à Igreja Católica. Eu havia participado de um movimento envolvendo trabalhadores recém-assentados na fazenda Bela Vista do Chibarro, Inera e M.S.T. e o coordenador da CPT de São Paulo achou interessante a participação de universitários no coletivo da entidade. Eu e um amigo formado em agronomia nos tornamos agentes da CPT, com um projeto visando assessorar os assentados da Bela Vista e acompanhar os conflitos no campo em toda a região nordeste do Estado. Em plena "era Collor", quando os assassinatos de lideranças rurais aumentou sensivelmente em relação ao final do governo Sarney, eu me vi investido da atribuição de militante - desta feita não mais retoricamente.

A real ambigüidade dessa situação começou a se expressar primeiramente na dificuldade em conciliar meus estudos (eu ainda estava iniciando os créditos no mestrado) com minha responsabilidade de militante. Posso dizer que não poucos professores deixaram claro seu descontentamento com essa postura (meu único "C" como conceito no mestrado deve-se, em boa medida, exatamente a isso). Em outra situação, quando me envolvi diretamente num conflito de terra, me foi informalmente

sugerido que escolhesse entre continuar na carreira acadêmica ou assumir definitivamente a vida política - o que só me fez crer no acerto das colocações do mestre Weber acima referidas. Nessa ocasião, minha continuidade nos estudos só teve lugar devido à postura clara e firme de minha orientadora, que jamais criticou de forma negativa essa minha difícil opção de ser um pesquisador-militante.

No entanto, a superação dessas turbulências ocasionais me colocou diante do grande dilema que se esconde por detrás dessa alternativa: como trabalhar metodologicamente minha experiência política, já que ela era parte integrante (mesmo que não assumida teoricamente) do meu próprio projeto de pesquisa? Eu militava diretamente com a questão que era o tema de meu trabalho e, de repente, durante os seminários de pesquisa que a pós-graduação promovia, me vi na difícil situação de não ter a mínima idéia de como resolver o problema.

Durante quatro anos ininterruptos exerci a minha militância na CPT, tendo o privilégio, em termos de conhecimento empírico e experiência de vida, de interagir com os trabalhadores rurais assentados e em luta por assentamento na região de Ribeirão Preto. Porém, ao excesso de informações que poderia tirar desse contato intenso, somava-se a dificuldade em filtrar teórica e metodologicamente esses dados. Pensei em abandonar o mestrado ou em mudar radicalmente o tema da pesquisa (o que, por outros caminhos, também inviabilizaria minha pós-graduação). A solução desse impasse, no entanto, acabou por vir de forma quase natural - graças à teimosia de um militante (ou, como se ironiza no jargão da esquerda, um "militonto") que não queria parar de estudar.

Se minha pesquisa estava paralisada devido ao *imbróglio* teórico-metodológico, minha busca por compreender melhor a racionalidade dos trabalhadores aos quais eu devia assessorar politicamente, fez brotar alguns problemas cuja solução me apontou caminhos até então desconhecidos para a abordagem da questão dos movimentos de luta pela terra.

Me lembro de uma entrevista com minha orientadora, quando procurei narrar a situação de um assentado da Bela Vista que estava comercializando gás de cozinha. Minhas "lentes" teóricas viam naquele fato um camponês se tornando burguês, como no processo de dissolução do

campepinato russo descrito por Lênin, restando, em contrapartida, o inevitável destino da redução daquela rica realidade nas duas classes fundamentais da sociedade capitalista<sup>2</sup>. Mas, posso dizer hoje com segurança, esse processo não ocorreu exatamente conforme o prescrito pela teoria. A partir daí, comecei a questionar os pressupostos com os quais eu me baseava para interpretar a realidade.

O contato intenso com vida do assentamento aliada à postura crítica diante de um paradigma quase que sagrado para o meio político no qual eu convivía, composto basicamente de militantes de orientação marxista, me levou a questionar uma série de leituras que esses agentes faziam do comportamento dos trabalhadores rurais, maniqueisticamente divididos entre os "bons" (os politizados, ou os "nossos") e os "maus" (os alienados, os cooptados, ou os "deles").

Na compreensão dos próprios trabalhadores, as divergências que ocorriam no interior do assentamento não se colocavam exatamente da forma como os agentes as viam e, quando eu chamava a atenção para isso, alguns companheiros de militância achavam essa discrepância natural, já que a teoria "vinha de fora" mesmo. Minha atuação era contraditória: participava das reuniões de avaliação com os dirigentes - onde só se discutia teoricamente - e era a ponta de lança junto aos trabalhadores, convivendo com eles e buscando um diálogo quase sempre nos seus termos (e não nos meus). Assim, por exemplo, assisti a um simples conflito entre vizinhos no assentamento se tornar - aos olhos dos militantes - uma batalha decisiva na luta de classes mais geral. Com o tempo, comecei a achar essa insistente tentativa de adequar uma realidade tão complexa a uma teoria tão simplificadora (para muitos, apenas um jogo de "palavras-de-ordem" bastante primitivo) algo absurdamente ridículo.

Esse estranhamento com relação à teoria me foi utilíssimo. No entanto, ao lado desse benigno distanciamento, vivenciei outro, sem dúvida mais perigoso: fui me tornando quase que um corpo estranho na Universidade. Era comum eu assistir aula todo empoeirado, com as botas sujas de barro - às vezes percebendo um leve "torcer de nariz" dos colegas, moças e rapazes delicadamente perfumados. Se esse meu desprezo parece

---

<sup>2</sup> Lenin, V.I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Coleção Os Economistas, São Paulo, Ed. Abril, 1987.

hoje um tanto despropositado, naquela época me foi difícil, por exemplo, enfrentar situações bastante diversas, como a de não ter vaso sanitário ou papel higiênico para suprir as necessidades fisiológicas no assentamento. Essa caminhada por entre dois mundos não me fazia bem: foi difícil - e creio que o é para muitos - me acostumar com as rudezas dos assentamentos emergenciais e acampamentos que visitei. Contrapor, quase que imediatamente, essa precariedade da situação de luta pela terra com o ambiente acadêmico me levou, muitas vezes, a considerar aquela vida confortável e delicada da Universidade uma grande frivolidade adocicada. Tecnicamente, no entanto, eu era um estudante da faculdade e meus professores, superadas as crises iniciais, consideravam minha experiência bastante interessante.

Considerarei, no entanto, esse pequeno problema de ordem subjetiva definitivamente superado depois da leitura de alguns textos de metodologia que discutem a profundidade do estranhamento ao qual um investigador que se dedica às técnicas qualitativas está sujeito - cita-se até o perigo de uma certa "esquizofrenia profissional". Comecei a me ver, então, cada vez mais como um antropólogo, profissional que convive com a "alteridade" de forma razoavelmente tranqüila<sup>3</sup>. Se resta algo de psicopatológico em meu comportamento, repito isso quando inquirido a respeito desse estranhamento, deixo tal questão à apreciação daqueles com os quais convivo, não atribuindo qualquer idiosincrasia mais grave em nada a essa minha experiência de pesquisa-militância.

Justamente a aquisição de uma perspectiva mais antropológica me levou a abandonar uma postura inflexível de "dono da verdade", própria dos militantes políticos. Comecei a me distanciar da prática política mais comumente disseminada (e dos "líderes iluminados" que se apresentam amiúde) e, na minha interação com os assentados, passei a me comportar de forma mais solta, descompromissada e dialógica. Ressalto que os bons militantes de diversas ONG's com as quais travei contato já há muito assim se comportavam, sendo que a própria CPT criticava o modelo

---

<sup>3</sup> Sobre a esquizofrenia da pesquisa ver Ledke, M. e André, M.E.D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas, SP, EPU, 1986. A alteridade é maravilhosamente discutida por Roberto Da Matta, no artigo "O ofício do Etnólogo, ou como ter Anthropological Blues" in Nunes, E. O. (org.) A aventura sociológica, R.J.: Zahar, 1978.

autoritário de ação política, defendendo uma postura mais democrática: falava-se, então, de "inculturação" - termo que minimiza o efeito da influência do agente-assessor sobre os sujeitos dos diversos movimentos sociais.

Esse foi o caminho do meu retorno à condição de pesquisador, sem abandonar por completo as tarefas de um militante (já que política, dizem, é uma doença incurável). O retorno a um trabalho de investigação, através de uma bolsa no NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/ FCL-UNESP), me fez retomar a prática do relato etnográfico - dessa feita bastante enriquecido, graças a uma consciência antropológica desenvolvida pela militância.

Estava aberto, da minha parte, os canais para receber melhor todos os sinais que os trabalhadores enviavam. Minha veia de investigador foi aguçada, já que assumi que tinha muito mais a ouvir e ver do que a falar e mostrar. Lembro-me de uma passagem de Geertz que, ao discutir a hermenêutica nas ciências sociais, citava até mesmo a compreensão de uma "piscadela" de olhos<sup>4</sup>. Em meu trabalho de militante, comecei a anotar mais coisas e a sempre buscar compreender o que de fato estava se passando entre os trabalhadores. Essa mudança de postura explica a mudança do significado que atribuí ao conceito de "identidade", ponto de partida da minha discussão analítica: antes ele era muito mais informado pela posição estrutural dos sujeitos investigados; depois, ele ganhou contornos mais subjetivos, próprios da abordagem etnográfica<sup>5</sup>. Faltava-me, no entanto, um referencial teórico capaz de interpretá-los e uma explicitação de minha metodologia de trabalho.

Nas discussões com minha orientadora e outros professores, o recurso à técnica de pesquisa participante ou pesquisa-ação<sup>6</sup> aparecia como útil, mas apresentava o inconveniente de eu ter de refazer o meu percurso de militante, desta feita orientado por um projeto, se não fixo, ao

---

<sup>4</sup> Geertz, C. **A Interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 16.

<sup>5</sup> Barone, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. (dissertação de mestrado) Araraquara-UNESP, 1996, p. 15.

<sup>6</sup> Vide Brandão, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.



menos minimamente definido de atuação, donde eu retiraria dados e conclusões.

Acontece que a vida de um militante de verdade dificilmente pode ser regrada por um projeto de atuação pré-definido: como construir um projeto-instrumento em meio a uma militância que me tirava da cama no meio da noite e me levava a viajar para uma ou outra região do Estado a fim de cobrir uma ocupação de terra, ou interrompia meu almoço (ou um seminário na Universidade) para resolver um conflito entre grupos de assentados? Eu teria, então, que separar parte do meu tempo e fazer outra atuação - bem mais controlada. Achei que, dessa forma, pouco eu aproveitaria de minha "experiência em tempo real" - considerada, por todos os professores, como meu trunfo.

O contato mais intenso com a metodologia weberiana, feito durante os cursos na pós-graduação, me levou a optar por um trabalho suportado num eixo teórico-metodológico orientado pela chamada "sociologia compreensiva". A busca de uma neutralidade axiológica marca essa escolha, como forma de escapar de um dos dilemas. Minha militância deixa de ser o critério básico de minha reflexão. Essa atividade, de fato importante em minha vida, forneceu o tema básico de meu interesse, sendo que tudo que eu conhecia através da ação política serviu como *background knowledge* de minha pesquisa acadêmica. A oportunidade de participar durante anos de um projeto interdisciplinar voltado para essa temática me colocou a disposição uma série de dados e informações - construída coletivamente pela equipe da pesquisa. Além disso, o trânsito por algumas ONG's que atuam nessa questão (CPT, MST, PROTER, CPV) me forneceu abundante material de imprensa sobre os movimentos sociais rurais na região.

Tive a condição de evitar a focalização de minha pesquisa acadêmica no mesmo assentamento em que realizava um trabalho de intervenção política, me desviando, portanto, de outro nó - ou seja, explicar metodologicamente minha militância "exacerbada". Se tal recurso parece uma fuga de questões a serem enfrentadas (heroicamente, eu acrescento), ressalto que ganhei pontos em termos de construção e teste de hipóteses, já que transferi a percepção desenvolvida num determinado espaço para outro

- tentando comprovar a generalidade de alguns elementos por mim observados.

Uma conjectura aventada a partir de leituras sobre a cultura tradicional e revoltas sociais propunha a existência de um elo comum, uma "conexão de sentido", entre os comportamentos tão diversos e característicos dos trabalhadores rurais da região. Já empolgado pela obra weberiana, me aventurei a caricaturar um modelo analítico com os caracteres de uma construção típico-ideal. Assim, decomporia a realidade de vida e luta dos trabalhadores pesquisados identificando um elemento, ou uma representação, do complexo imaginário dessas populações.

Através dos conceitos de "economia moral" e "normas tradicionais", criei a hipótese da existência e operação de um conjunto de "códigos de re-conhecimento social"<sup>7</sup>, paradigma decalcado da cultura rústica, através do qual os trabalhadores rurais da região interpretariam a realidade e nela se postariam. Comparei os comportamentos desse grupo social em três momentos diferenciados, sempre à luz do meu modelo de interpretação. Assim, analisei as greves dos assalariados rurais em Guariba (1984/5), o movimento de luta pela terra na região de Araraquara (nos anos de 1985/6) e aspectos da sociabilidade dos agricultores assentados no projeto Monte Alegre. Dessa forma, teria, ao final, uma idéia bem aproximada do peso específico do conjunto das normas tradicionais nas escolhas e na ação política desse grupo social, em suas diversas fases de mobilização.

Uma pesquisa histórica, um relato etnográfico e uma discussão acerca da minha hipótese teórica resultou num trabalho, que me garantiu o mestrado na F.C.L./UNESP de Araraquara. Pude realizar um teste empírico bastante interessante e constatei que o modelo, embora obviamente imperfeito, revelava uma faceta diferenciada e até então pouco apreciada da realidade social em questão.

Sinto às vezes que poderia ter tentado um caminho diverso, encarando de frente, em termos de pesquisa, minha experiência de militância. Mas, o resultado de minha pesquisa me diz que é possível uma certa desvinculação entre ciência e política. A realidade, sem dúvida, é bem

---

<sup>7</sup> Barone, op. cit., 1996, pp 27 e ss.

mais complexa e essas diferentes atividades humanas se imiscuem umas nas outras. Porém, a separação assumidamente artificial e uma deliberada neutralidade garantem um senso crítico mais aguçado. A busca de uma "contra-prova", o critério da refutabilidade de Popper<sup>8</sup>, pode ser observado com um tanto de rigor, assegurando-me de que a cientificidade de minha empreitada é bastante plausível.

Concluo este relato assumindo uma mudança de postura frente a conclamada "ação transformadora" via pesquisa científica. Não acredito mais que a "verdadeira ciência" é a do proletariado, conforme afirma Marx nos prefácios de O Capital. As verdades são aproximadas na ciência e o que distingue esse modo de conhecer de vários outros é justamente sua capacidade de ser testado, criticado e refutado.

Minha conduta não se reduz a um mero exercício positivista, que ignora as ideologias em nome de um conhecimento puro. Ele não só incorpora esse elemento da realidade como faz dele o próprio objeto de apreciação do labor científico. Se minha hipótese é, em um certo nível, arbitrária, ela não procura negar esse (des)qualificativo. Muito pelo contrário, o trabalho por mim encetado se presta à testabilidade, buscando se firmar apenas em função de sua plausibilidade e capacidade heurística.

Com relação à "fuga" de refletir mais diretamente sobre minha ação política, considero mitigada essa crítica, inclusive por causa deste relato - verdadeiro esforço no sentido de justificar e explicar minha trajetória e minha opção metodológica. Por outro lado, contabilizo ganhos para mim inestimáveis em termos de experiência de pesquisa e perspectiva sobre a construção do saber científico. Se outro caminho se desenhava como possível, o desafio de trilhar este, que por fim resultou em mais conhecimentos e mais questionamentos, me satisfez plenamente enquanto pesquisador.

---

<sup>8</sup> Popper, K. **Conjecturas e Refutações**. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 32.